

INFÂNCIA, VULNERABILIDADE E SITUAÇÃO DE RISCO EM PAULO AFONSO – BAHIA

Layane Pereira Alves
Vinicius Silva Santos
Jacques Fernandes Santos

RESUMO

O objetivo principal desse trabalho consiste em mapear os principais casos de vulnerabilidade infantil na cidade de Paulo Afonso-Bahia, buscando entender como agentes públicos ligados a instituições locais vêm o atendimento vem auxiliando estes sujeitos de direitos violados em meio à sociedade. A metodologia de pesquisa desse estudo tomou como base uma abordagem qualitativa, sendo também caracterizada como sendo uma pesquisa do tipo descritivo e explicativo e de campo. As técnicas utilizadas foram à observação indireta, registro fotográfico e entrevistas. Os sujeitos participantes desse estudo foram o Promotor de justiça da Vara da Infância e da Juventude, a Secretária de Desenvolvimento Social e a Coordenadora e Conselheira do Conselho Tutelar do Município de Paulo Afonso-Bahia. Os resultados aqui apresentados tornam-se relevantes por mostrar um estudo sobre a atual conjuntura relacionada ao atendimento de crianças em situação de vulnerabilidade e risco, além de aproximar essa realidade às narrativas dos agentes públicos envolvidos com o atendimento e monitoramento de casos notificados. Pode-se destacar que mesmo sendo um município de médio porte, a cidade de Paulo Afonso se apresenta como uma das cidades do interior da Bahia com frequentes casos de atendimento de crianças em situação de risco, sendo o trabalho infantil e o abandono de incapazes os dados mais alarmantes que associados a outros, como a prostituição direcionam um olhar especial sobre a necessidade de ampliar a rede de cuidados às crianças nesse município, cumprindo assim, o que pedem as leis e normativos que asseguram o direito da criança e do adolescente.

Palavras-chave: Infância. Vulnerabilidade. Situações de Risco. Políticas Públicas. Paulo Afonso- Bahia.

RESUMEN

El objetivo principal de este estudio es identificar las principales casos de vulnerabilidad de los niños en Paulo Afonso, Bahia, buscando entender cómo los funcionarios públicos vinculados a las instituciones locales tienen el servicio está ayudando a estos sujetos de derechos violados en

*Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: lay_18@hotmail.com

**Professor da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: vinnymil@yahoo.com.br

***Professor da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável pela Universidade de Pernambuco - UPE. E-mail: jacquesfs@hotmail.com

medio de la sociedad. La metodología de investigación de este estudio se basa en un enfoque cualitativo, también se caracteriza por ser un estudio de campo de tipo y descriptivo y explicativo. Las técnicas utilizadas fueron la observación indirecta, registros fotográficos y entrevistas. Los sujetos de este estudio fueron el Promotor de Justicia de la Infancia y la Juventud, Secretaría de Desarrollo Social y el Coordinador y Asesor del Consejo de Tutela del Ayuntamiento de Paulo Afonso Bahia. Los resultados presentados aquí se vuelven relevantes para mostrar un estudio sobre la situación actual en relación con el cuidado de los niños en vulnerabilidad y el riesgo, y llevar esta realidad a las narrativas de los funcionarios públicos involucrados en el cuidado y vigilancia de los casos reportados. Cabe señalar que, incluso siendo un municipio de tamaño medio, la ciudad de Paulo Afonso se presenta como una de las ciudades del interior de Bahía, con frecuentes casos de cuidado de los niños en situación de riesgo, y el trabajo infantil e incapaz de abandonar la los datos más alarmantes que asocia a otra, como la prostitución dirigen una mirada especial en la necesidad de ampliar la red de atención a los niños en esta ciudad, al hacerlo, se preguntan las leyes y reglamentaciones para garantizar el derecho de los niños y adolescentes.

Palabras-clave: Infancia. Vulnerabilidad. Las situaciones de riesgo. Políticas públicas. Paul Afonso- Bahía.

1 INTRODUÇÃO

O tema vulnerabilidade e situações de riscos da criança vêm sendo discutido acerca de vinte anos no Brasil, é um tema ligado ao trabalho infantil, prostituição, evasão escolar, drogas, etc. O impacto que as situações de riscos que está agregado à vida da criança pode se estender até sua fase adulta, pois são muitos os traumas que estes sujeitos carregam em sua vida. Desse modo, é possível afirmar que a família está envolvida diretamente nessa realidade, uma vez que na fase infantil o dever da criança é apenas estudar e não ter uma responsabilidade de um adulto.

Nesse contexto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu conjunto de normas tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, aplicando as medidas corretas para que seus direitos sejam assegurados. Além disso, ele criou programas para combater esta realidade, como o Conselho Tutelar, um programa que formula uma política de proteção à infância e a juventude. Além do ECA, estão inseridos neste contexto, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDA), sendo um órgão público responsável pelo atendimento e defesa da crianças e do adolescente, assegurando a participação popular paritária por meio de organizações representativas, seguindo as diretrizes traçadas pelo ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente; a Delegacia de Proteção à Criança ao Adolescente (DPCA), tendo a função de

investigar, fiscalizar, instaurar inquéritos e procedimentos judiciais nos casos de infração penal contra crianças e adolescentes; o Comissário da Vara da Infância e da Juventude, que trabalha na fiscalização das normas de prevenção e proteção às crianças e adolescentes; entre outros.

Os direitos das crianças e dos adolescentes ainda requer muita prática para que esta construção da vulnerabilidade e riscos contra a criança e ao adolescente sejam violados. O grande problema que vem sendo discutido por diversos autores e pesquisadores acerca do tema é a posição da família nesse contexto social e educativo da criança, a falta de cuidado e de atenção é um dos principais pontos negativos, como também o não comprometimento dessas crianças irem à escola, levando a uma realidade pouco produtiva na vida da criança.

Desse modo, o objetivo desse trabalho é identificar os espaços de produção e vulnerabilidade infantil na cidade de Paulo Afonso-BA e sua relação com as políticas públicas de atendimento à infância no município, analisando os relatos de agentes públicos (promotoria pública, conselho tutelar e etc.) para melhor compreender as políticas públicas destinadas a esse público alvo.

2 A PRODUÇÃO DA VULNERABILIDADE INFANTIL NA SOCIEDADE

O conceito de vulnerabilidade pode ser entendido como a condição de risco que o indivíduo se encontra. Neste sentido, a vulnerabilidade pode ser relacionada a situações que o sujeito possa ser remetido a alguma possibilidade de perigo, levando em consideração que são situações vinculadas diretamente em fatores sociais, uma vez que a criança também é um indivíduo inserido na sociedade, ela sofre com as estruturas sociais que são oferecidas para ela.

A estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas. Assim sendo, a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida cotidiana, afirma Berger (1985). Destaca-se que a realidade da vida social está fundamentada em ações que estabelecem um conteúdo para sua vivência, de modo que a interação e construção do indivíduo é o que constrói a sua realidade, sendo ela, marcadas por situações de risco ou não.

A vulnerabilidade infantil atinge vários pontos da vida social da criança, são evidências causadas por transtornos mentais, que pode ter efeito duradouro na vida dos indivíduos afetados, podendo também causar problemas maiores na vida adulta por carregar tais problemas por diversas fases da vida, principalmente desde a sua infância. As crianças e adolescentes que sentem na pele em

suas vidas são aquelas que se encontram em desigualdades sociais, da pobreza à discriminação, falta de acesso à educação, abuso sexual, exploração de trabalho infantil, ausência da família, resultando na falta de uma perspectiva de melhoria de vida, são indivíduos que não tem ofertas de projetos futuros, pois vivem em situações miseráveis e acabam desacreditando na vida.

Ayres (1999) considera que a conformação da vulnerabilidade social acaba sendo constituída em torno de conjunturas básicas: a primeira diz respeito à posse ou controle de recursos materiais ou simbólicos que permitem aos indivíduos se desenvolverem, se aperfeiçoarem ou se locomoverem na tessitura social; a segunda remete à organização das Políticas de Estado e bem-estar social, que configuram os componentes de oportunidades que provêm do Estado, do mercado e da sociedade como um todo – ligeiramente associado à capacidade de inserção no mercado de trabalho e acesso às políticas; e, por fim, a forma como os indivíduos, grupos, segmentos ou famílias organizam seus repertórios simbólicos ou materiais para responder aos desafios e adversidades provenientes das modificações dinâmicas, políticas e estruturais que ocorrem na sociedade, de forma a realizarem adequações e ocupações de determinadas posições de enunciação nos jogos de poder da organização simbólica e política.

A discussão sobre vulnerabilidade inclui os fatores específicos da comunidade, sendo que os diferentes dispositivos de marginalização infantil na sociedade estão ligados a produção da exploração infantil, uma vez que muitas crianças e adolescentes são vistos como vulneráveis por programas de políticas públicas.

Segundo Berger (1985), a criança identifica-se com outros significativos por uma multiplicidade de modos emocionais. Quaisquer que sejam a interiorização só se realizam quando há identificação. A criança observa os papéis e atitudes dos outros significativos, isto é, interioriza-os, tornando-os seus.

Luft (1936) diz que a criança é imersa em seu ambiente participando de um processo maior do que ela, constituída muitas vezes de pouca consciência. Porém, ela tem algo mais valioso do que consciência: possui intuição de tudo, e o saber inocente.

Nesse processo de desenvolvimento em seu ambiente social é, sobretudo, pensar a importância de preservar a capacidade do indivíduo em seu meio. É possível compreender que existem diferenças nas realidades particulares, por isso é fundamental que a criança nunca perca a essência

de ser criança. Ela possui fragilidades, que por algumas famílias estas fragilidades são invisíveis, na fase infantil ela sonha apenas em brincar, em ser livre, e não ter uma responsabilidade de um adulto é necessário que se construa questionamentos iniciados dentro de seu próprio meio familiar, e essa é uma realidade pouco vista nas famílias brasileiras, principalmente aquelas que sofrem pelo sistema capitalista, aquelas que colocam seus filhos em situações de risco. Luft (1936) define a infância como chão sobre o qual caminharemos o resto de nossos dias. Mas, se for esburacado demais vamos tropeçar mais, cair com mais facilidade, o que acaba sendo até mais saudável, podendo nos dar a chance de reconstruirmos nosso rosto. Quem sabe um rosto mais feliz e autêntico. Mas às vezes ficaremos paralisados.

A família passa a ser extremamente importante para o processo social em que seus filhos estão inseridos, suas ações determinará o futuro das crianças, se os pais obrigam as crianças a serem alienadas a vulnerabilidade, estas crianças serão capaz de desistirem a procurar uma melhoria de vida, ficarão presas a uma visão de miséria e sofrimento, por que foi essa visão que lhe foi apresentada em sua fase infantil, mas se sua família lhe oferecer meios de melhoria de vida, certamente sua realidade quando chegar a fase adulta será outra.

Na sociedade, o modelo da família nuclear tradicional, representado por pai, mãe e filhos, coexiste com uma diversidade de outros arranjos familiares que, geralmente, não são vistos com bons olhos, levando a determinados sujeitos da sociedade não valorizar esse padrão familiar.

Contudo, a produção da vulnerabilidade infantil na sociedade se forma a partir de uma realidade que as crianças são expostas, principalmente pelo abandono familiar e pelos seus direitos não ser garantidos e executados conforme a lei estabelece.

3 CRIANÇAS EM SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL E EDUCAÇÃO

Qualquer sujeito que se encontra em situação de risco social sofre mudanças em suas etapas da vida, principalmente quando este sujeito está na fase infantil e, conseqüentemente perpassa até sua vida adulta com marcas deixadas pelos sofrimentos vividos nesta fase. As principais crianças que se encontram em situações de risco no Brasil, são aquelas que vivem na pobreza e miséria, cujos direitos de proteção que a elas não são garantidos. Desse modo, a pobreza está associada a vida de milhares de famílias brasileiras, ela costuma andar lado a lado com o não cumprimento dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição, sendo os principais indi-

víduos afetados são as crianças e adolescentes, pois, não respondem pela própria vida e, aquelas que respondem por estes são os que não garantem a proteção e dignidade da vida de cada um.

São sujeitos que sentem na pele a desigualdade social, a falta de acesso à educação, ao lazer, a cultura, não tem uma vida digna de criança, são postas em situações de risco não por escolha própria, mas por que são obrigadas, criam em suas vidas uma falta de expectativa que pode ser carregada por todas as etapas do desenvolvimento, sofrem com a falta de conforto, a falta de comida, com a exploração sexual, a exploração de trabalho, tendo assim, sua autoestima consideravelmente agravado pela vulnerabilidade que vivem.

Nesse tocante a UNICEF (2011) convoca o Estado, a sociedade brasileira e as famílias a garantirem para cada um desses meninos e meninas o direito de viver essa etapa de sua vida sob a lógica da equidade. Ou seja: livres da desigualdade, mas celebrando a diversidade que torna cada ser humano único, sujeito de direitos.

O Brasil sendo um país em crescente desenvolvimento, infelizmente possui grande número de crianças em situações de risco social. É fundamental superar as desigualdades, reduzindo a vulnerabilidade que limita o desenvolvimento da infância. Pode-se afirmar que são crianças que necessitam que as medidas de proteção contida na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente sejam garantidas e efetivadas.

É existente na sociedade brasileira um grande índice de crianças trabalhando; crianças que sofrem abusos sexuais (sendo comercializadas ou não); crianças que em suas famílias existe a presença de usuários de drogas, e, conseqüentemente, a violência está presente; crianças que passam fome por não receber os devidos cuidados pelos pais e/ou responsáveis.

Os estudos históricos e sociológicos sobre infância e adolescência têm produzido uma análise crítica dos avanços jurídicos na área da proteção e dos direitos da criança, sem deixar de problematizar o tipo de representação social que vai sendo construída sobre a criança e o adolescente no contexto das práticas sociais. (SOUZA, 2010, p.93).

A educação é um direito fundamental para todo e qualquer indivíduo da sociedade, através dela o cidadão é capaz de mudar sua realidade, podendo desconstruir e construir novos conceitos acerca dela. Ela possui um impacto em diversas áreas de nossa vida, principalmente quando a educação é de boa qualidade.

Por meio da educação o sujeito garante o seu desenvolvimento social, econômico e cultural, e isso acontece na vida adulta e/ou infantil. É essencial a educação na vida da criança, assim como essencial, ela também é um direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. É por meio da educação que o sujeito constrói um pensamento crítico na sociedade em que vive.

Desse modo, a educação é um meio de transformação do sujeito, possuindo o poder de fortalecer as “lideranças”, mas também é um meio de liberdade, cabendo aos membros que nela estiverem inseridos saberem administrar sua maneira de pensar e agir. Quando se fala em educação para as crianças de famílias de origem pobre, nos remete a ideia de dificuldades, pois, sabe-se da existência de muitas dificuldades.

É evidente que a educação é um movimento revolucionário, sendo necessário acreditar na mudança da realidade desses sujeitos violados, principalmente quando estes sujeitos são crianças. A escola torna-se o lugar onde elas precisam estar presentes e não em lugares que arriscam suas vidas trabalhando, um estado de vulnerabilidade social, onde precisam ter esse atendimento independente da classe em que está inserida. Segundo a Constituição, a educação deve ser garantida, desde a creche até o ensino fundamental enquanto criança, visando seu pleno desenvolvimento cognitivo.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa se baseia numa abordagem qualitativa, tendo os sujeitos e suas realidades essenciais neste processo, levando em consideração os aspectos inseridos nessa ponte entre o sujeito e sua realidade, traçando seus objetivos e suas particularidades. A pesquisa qualitativa é importante em diversos aspectos, um deles é a forma de como ela é elaborada, pois tem uma característica que aproxima o sujeito do objeto, levando em consideração que ambos são de mesma natureza. Ela eleva o nível de significados e estrutura de sua abordagem temática, estudando de forma sistemática as etapas percorridas em sua elaboração, uma vez que se tornam parte do processo de forma analítica.

Quanto aos meios, esta pesquisa será de pesquisa bibliográfica, de campo, descritiva, explicativa, exploratória, básica, cada uma tendo seu real significado no desenvolvimento da pesquisa. Desse modo, o contexto formal de realização dessa pesquisa foi o município de Paulo Afonso-Bahia.

Assim sendo, os participantes dessa pesquisa foram: um Promotor Judiciário, que atende na vara da Infância e da Juventude; um representante do Conselho Tutelar e; a representante da Secretária de Assistente Social. Os principais instrumentos de coleta de informação utilizados nesse estudo foram: entrevista semiestruturada; observação simples; e registro fotográfico.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

As Políticas Públicas de auxílio/atendimento a crianças em Paulo Afonso-Ba vem atuando de forma eficaz no que diz respeito aos direitos violados destes sujeitos, gerando assim, diretamente ou indiretamente as situações de risco e estado de vulnerabilidade na vida da criança e do adolescente.

Através da entrevista com a Secretária de Desenvolvimento Social do Município (SEDES), ela afirmou que existem Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, denominados de SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), o programa PET (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Casas de Passagem (Menina Flor e Meninos da Terra), o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e o CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social).

Segundo a Prefeitura de Paulo Afonso/BA (2016) todos os programas tem seu significado para as Políticas Públicas no município. O programa PET (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) tem o objetivo de erradicar todas as formas de trabalho infantil no País, em um processo de resgate da cidadania de seus usuários e inclusão social de suas famílias e incentivar as crianças a praticar atividades culturais e desportivas em complemento à educação formal.

As Casas de Passagem (Menina Flor e Meninos da Terra) que tem serviço com o objetivo de oferecer acolhimento de caráter emergencial, com espaço adequado e profissionais preparados para receber a criança/adolescente em qualquer horário do dia ou da noite, diante de uma necessidade de acolhimento imediato e emergencial.

A Prefeitura Municipal de Paulo Afonso criou além destes programas citados acima, fundou a Casa dos Conselhos, é um órgão co-gestor da política de Assistência Social local. Trata-se de local próprio para atender às necessidades de infraestrutura dos Conselheiros Municipais,

Comissões e toda a rede ligada a SEDES - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. É uma porta de acesso a todo cidadão que necessite informações e esclarecimentos sobre o funcionamento das políticas públicas locais e das garantias de direitos. As reuniões ordinárias e sistemáticas dos Conselhos são abertas à participação de qualquer cidadão.

Destaca-se também o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) por sua vez, Atende famílias que, em decorrência da pobreza, estão vulneráveis, privadas de renda e do acesso a serviços públicos, com vínculos afetivos frágeis, discriminadas por questões de gênero, idade, etnia, deficiência, entre outras. Cada unidade do CRAS conta com assistentes sociais, psicólogos, pedagoga e pessoal de apoio.

O CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) vem atuando no município prestando serviços especializados e continuados a crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e seus familiares com direitos violados, bem como adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

Em conversa, a Secretária do Desenvolvimento Social (SEDES), disse que atua como Secretária há sete anos no município de Paulo Afonso. Em relação ao CRAS, ela afirmou que “O CRAS é a “porta de entrada” do beneficiário da assistência social para atendimento na rede socioassistencial”.

Segundo informações dadas por ela, o município conta com cinco CRAS, todos são compostos por dois assistentes sociais, uma psicóloga, um educador social, um recepcionista, um motorista e um auxiliar de serviços gerais. Além disso, todas estas unidades de CRAS são estruturadas de modo a atender a demanda espontânea do seu público alvo, incluindo auditório para trabalho em grupo e salas de atendimento individual.

Em fala a Secretária respondeu no requisito como que ocorre agora com a mudança na intervenção profissional com a implementação da Política Nacional da Assistência Social e do SUAS: “A intervenção passou, aos poucos, a deixar de ser caracterizada como assistencialismo, tendo em vista que passamos a trabalhar com o sistema de garantia de direitos”

Além disso, ficou claro que os profissionais da área socioassistenciais de Paulo Afonso/BA precisam ter uma boa relação com seu público para garantir atendimento conforme a real ne-

cessidade dos beneficiários. A entrevistada ainda aborda que é por meio dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), os CRAS trabalham com as famílias incluindo-as nas políticas públicas da assistência social.

As Políticas Públicas em geral tem um papel extremamente importante para o desenvolvimento da sociedade, ela se constitui por programas, ações e atividades desenvolvidas pela gestão do estado, neste caso, o município. Mas os desafios se fazem presentes na realidade das Políticas de atendimento e de auxílio às crianças.

A Secretária de Desenvolvimento Social do município citou em fala na entrevista alguns destes desafios enfrentados em sua gestão:

“Os desafios são vários entre os quais citamos a questão cultural das famílias que ainda acreditam que se participarem dos programas de inclusão produtiva ou educação inclusiva oferecidos pela Prefeitura perderão o benefício da Bolsa Família. Entretanto, a gestão trabalha com a busca ativa realizada por meio das visitas domiciliares no intuito de mobilizar essas famílias e suas crianças para participarem do CRAS e seus projetos, o que tem resultado em uma boa quantidade de crianças atendidas pela rede.”

Desse modo, fica que são diversos os desafios encontrados pela gestão atual do município, de modo a destacar a forma cultural das famílias que são atendidas pelas políticas públicas, nas quais destaca-se programas como da Bolsa-Família, Projeto Educar, entre outros. Com a grande demanda na sociedade pela busca de programas de auxílio, a gestão atual busca gerar mobilização, desde visitas domiciliares, até o atendimento tanto das crianças, como de suas famílias dentro de seus projetos encontrados no CRAS.

Contudo, a articulação da gestão necessita buscar soluções em meio a sociedade, uma vez que os agentes públicos da cidade precisam somar esforços e tomar as decisões necessárias para a implementação de ações eficazes com perspectiva do desenvolvimento de processos evolutivos na sociedade do município de Paulo Afonso-Ba.

5.1 Resultados da pesquisa

Os casos de Vulnerabilidade Infantil no Município de Paulo Afonso são diversos, para isso uma representante do Conselho Tutelar, Secretária do Desenvolvimento Social e o Promotor da Vara da Infância e da Juventude, responderam algumas perguntas no que diz respeito a esse caso.

Para isso, a Coordenadora do Conselho Tutelar da cidade afirmou que o caso de vulnerabilidade mais frequente no município é o abandono de incapaz, as mães jogam a responsabilidade da criança para o Conselho e deixam as crianças praticamente órfãs. Quando isso acontece as crianças são levadas para alguma das Casas de Acolhimento mantidas pelo município, como aqui já citadas existe a Casa de Acolhimento Menina Flor, que hoje possui acolhidas sete meninas, e na Casa de Acolhimento Meninos da Terra, que hoje estão acolhidos dois meninos.

Em conversa a Coordenadora disse:

“Abrigo Menina flor, atende de 0 até 17 anos e 11 meses (meninas), mas criança de 0 a 6 anos sendo meninos, também ficam na casa, e a casa Meninos da Terra, que é para meninos com mais de 6 anos. E uma que não é do município, situada no Moxotó, conhecida por Irmã Regina, ela acolhe crianças, mas é instituição com características dela, recebe crianças do município de Paulo Afonso, como também de outros, diferente dos abrigos, que só acolhe crianças de Paulo Afonso-BA. A de meninas (capacidade para 20, mas já ficou 22, 22), a de meninos a demanda é menor, tem dois atualmente. Sempre tem uma equipe na casa que recebe as crianças, que fazem todo o trabalho para procurar os familiares, na procura de abrigar estas crianças em seu própria família biológica.”

Esse eixo se conclui com o que fez Freire (1991) quando enfatiza que a antiga “RODA”, ou as mães que deliberadamente optam por “doar” seus filhos, abrindo mão do pátrio poder também nos colocam em situações claras e definidas que talvez facilitem pensar em encaminhamentos definitivos com a busca de famílias substitutas e adotivas.

Estas Casas de Acolhimentos Institucionais atualmente recebem estas crianças e adolescentes com o objetivo principal de inclusão social e de proteção. De maneira que, recebem estas crianças na intenção da procura de familiares biológicos, pois acreditam que este seja o melhor lugar de adequação destes sujeitos.

O Promotor do Ministério abordou claramente sobre esta questão, informando qual o principal papel do Poder Judiciário frente as medidas tomadas com o caso de abandono de incapaz.

“O poder judiciário pode determinar um encaminhamento da criança ou adolescente para um abrigo, ele precisa ser provocado por alguém, pelo próprio conselho tutelar, por um advogado, e creio que esse que está sobre o abandono de incapaz, que a família não cuida, não dá comida. O poder judiciário, dentro de um processo judicial, deve se dar uma oportunidade de defesa prévia ao pai e a mãe (quem está sendo acusado), é melhor que passe primeiro pelo poder judiciário, infelizmente o conselho tutelar aca-

ba se deparando com situações de um abrigo forçado e sem uma preventiva que os magistrados acha. Mas, o abrigo que recebe tem 24 horas para mandar um ofício para o juiz, contando a história porque recebeu essa criança e com isso verá se ira determinar a devolução da criança, enfim, tomar conhecimento daquela situação”, disse o Promotor em questão de abandono de incapaz na cidade de Paulo Afonso/BA.

Dessa maneira, é importante frisar o papel indispensável do Promotor de Justiça da Vara da Infância e da Juventude, pois, o poder judiciário precisa tomar decisões concretas para a efetivação dos processos referentes aos abrigos do menor incapaz. O abrigo precisa trabalhar de forma clara, tendo comprometimento com seus objetivos, auxiliando no desenvolvimento do processo de abrigo para aquelas crianças que chegam de forma repentina nas casas de acolhimento.

Todavia, a reestruturação familiar se dá a partir de uma questão onde os pais por algum momento não tem se quer condições para criar seus filhos. A Coordenadora do Conselho Tutelar disse que em casos que as crianças são afastadas de seus pais ou responsáveis, os conselheiros sempre irão até a casa observar se realmente existe a possibilidade de retorno das crianças até as suas famílias biológicas, ou também fazem as visitas se caso ocorra retorno das crianças para sua casa, eles irão acompanhar se aquela criança está tendo condições oferecidas para sua permanência, como saúde, educação e alimentação.

Não só o abandono de incapaz é o tipo de vulnerabilidade existente na cidade de Paulo Afonso/BA, como também, o trabalho infantil, onde as crianças arriscam suas vidas em prol de dinheiro e comida para si e, algumas vezes até para o sustento familiar. Para isso, os mecanismos de proteção, possui o poder de implementar as circunstâncias de vidas de qualidade

Em relação ao trabalho infantil, o Conselho Tutelar se mostra trabalhar de forma contínua para a erradicação desta realidade. Quando são relatados este tipo de vulnerabilidade e risco infantil, como foi afirmado em fala acima, os agentes do órgão precisam estar aptos para interferir, buscando a proteção da criança. Para isso, observa-se que o Conselho Tutelar do município age de maneira árdua, buscando sempre parceria com outros órgãos para uma capacitação, tendo em vista a fiscalização, observando a vida social destes sujeitos.

Entretanto, percebe-se que estas crianças e adolescente sofrem de forma devastadora, afetando o seu desenvolvimento, pois passa a ser caracterizado por fatores relacionados ao sofrimento, a dedicar parte de sua vida ao trabalho e não se dedicam a educação. Como é relatado na figura

abaixo, criança em situação de risco, dedicando seu tempo no final de semana para o trabalho infantil, carregando baldes de água para a lavagem de carros no Balneário Prainha. A preocupação dos agentes públicos necessitam serem aprimoradas na busca de suas práticas em suas campanhas realizadas na sociedade do município.

O alto índice de mortalidade, trabalho, e abuso sexual direcionados às crianças do município de Paulo Afonso é notório segundo às pesquisas do DATASUS, onde é possível destacar a participação da cidade entre os municípios do Brasil que recebe o selo do UNICEF. De modo, que nos faz pensar criticamente entre uma realidade vista aos olhos dos cidadãos, e a forma das ações dos agentes públicos da cidade, porém, mesmo a cidade de Paulo Afonso-Ba recebendo selo UNICEF, ainda é necessário uma reparação nestes projetos direcionados à crianças e adolescentes de direitos violados.

Considera-se que tais questões, possibilitam um olhar crítico, pois nas entrevistas realizadas com os agentes públicos, asseguraram a implementação da proteção nas políticas municipais, porém, uma reestruturação de conceitos e ações se faz necessário para esta temática no município.

Durante a observação indireta, sendo um método eficaz na obtenção de informações, foi relatada a presença de crianças no trabalho infantil em diversos locais no município, principalmente no CEASA. Era possível encontrar crianças na espera de pessoas que por ventura precisassem levar suas compras para casa, em troca de dinheiro carregavam em carrinhos de mão as compras até as residências destas pessoas. Sendo que as mesmas não observam que estão afetando a vida destas crianças de uma forma anormal, produzindo uma prática de sujeito que não visam o bem-estar da criança, violando de forma indireta seus direitos.

É importante ressaltar que a desigualdade social afeta a vida daqueles que estão à margem da pobreza, as crianças por vezes são “obrigadas” a trabalhar para sobreviver, e sofrem com o descuido das famílias irresponsáveis, faltando em suas vidas uma educação de qualidade. A construção da vida social da criança requer determinados cuidados, pois ao enfrentarem situações em seu cotidiano, em sua fase adulta apresentam distúrbios, falta de interesse nos estudos. O risco na vida da criança se relaciona à eventos negativos de vida, não favorecendo para o bom desenvolvimento psicológico e social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados da pesquisa é possível afirmar que as Políticas Públicas no município tem o objetivo de trabalhar de forma ativa para que estes casos sejam acabados, mesmo que sejam encontrados casos de situações de risco na cidade. Sendo uma realidade não ocorre somente no município de Paulo Afonso, como também em diversas cidades do Brasil. Para isso, é fundamental que estas políticas sejam analisadas, mesmo que tenham a intenção de assegurar os direitos destas crianças e adolescentes, o estado de vulnerabilidades de crianças no município é visível aos olhos daqueles que frequentam determinados locais da cidade.

Sabe-se que a realidade de vulnerabilidades e risco não é somente vista na cidade de Paulo Afonso-Ba, esta é uma realidade do contexto social do Brasil. A exploração sexual também é um dos casos que podem ser analisados, pois existem casos em Paulo Afonso-Bahia, e quando estes casos são descobertos pelos órgãos, todo um processo é elaborado, desde a participação do Conselho Tutelar até o Poder Judiciário, neste caso, o Promotor de Justiça da Vara da Infância e da Juventude, passa a tomar as decisões cabíveis a ele para a resolução do caso.

Por fim, é importante que todos os órgãos que trabalham de maneira indireta possam trabalhar de forma contínua para assegurar os direitos destes sujeitos, pois esta linha de pesquisa possibilita a interdisciplinaridade contextual, oferecendo um grande leque de conceitos que abrange para o amplo conhecimento do sujeito pesquisador.

REFERÊNCIAS

AYRES, J.R; et al. Vulnerabilidade s prevenção em tempo de AIDS In: PARKER, R. et al. **Sexualidade pelo avesso: Direitos, Identidades e Poder**. São Paulo: Editora 34, 1999.

BERGER, Peter L. **A construção da realidade: tratado de sociologia do conhecimento** |por| Peter L. Berger |e| Thomas Luckmann; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 1985.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. – Brasília: MEC, 2005. 77p.

LUFT, Lya. **Perdas e ganhos**.- 31ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SOUZA, G. de. (Org.). **Educar na Infância: perspectivas histórico-sociais**. São Paulo: Contexto, 2010.

UNICEF. **O direito de ser adolescente: oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades** / Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF: UNICEF, 2011.